

Balço Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2018

Folha: 001

0281 APM DA EMEB RUBEM ALVES

24.557.305/0001-67

Rua Alípio Correa Neto, 127 PLANALTO

Planalto - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição	2018	2017
ATIVO	8.931,96 D	3.299,69 D
CIRCULANTE	8.931,96 D	3.299,69 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.835,47 D	3.299,69 D
BANCOS C. MOVIMENTO - REC. C/RESTRIÇÃO -GOV FEDERAL	2.451,00 D	0,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE QUALIDADE ED CONECTADA	2.451,00 D	0,00 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS C/RESTRIÇÃO - GOV MUNICIPAL	2.616,86 D	401,17 D
BANCO DO BRASIL S/A - CADERNETA DE POUPANÇA	2.616,86 D	401,17 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - C/ RESTRIÇÃO -GOV FEDERAL	3.767,61 D	2.898,52 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BÁSICO - CAD POUPANÇA	379,49 D	1.580,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BASICO - F INVESTIMENTO	3.388,12 D	1.318,52 D
CREDITOS	96,49 D	0,00 D
CREDITOS A RECEBER	96,49 D	0,00 D
OUTROS VALORES A RECEBER	96,49 D	0,00 D
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	8.931,96 C	3.299,69 C
CIRCULANTE	8.931,96 C	3.299,69 C
RECURSOS DE ENTIDADE PÚBLICA NACIONAL (1)	2.721,96 C	401,17 C
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	2.721,96 C	401,17 C
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORAÇÃO - SE	39.864,00 C	23.760,00 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRAS	491,82 C	12,31 C
(-) RECURSOS APLICADOS	37.633,86 D	23.371,14 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	6.210,00 C	2.898,52 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BÁSICO	3.759,00 C	2.898,52 C
ENTRADA DE RECURSOS	3.360,00 C	3.160,00 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCÍCIO ANTERIOR	2.898,52 C	0,00 D
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	105,16 C	11,52 C
(-) RECURSOS APLICADOS	2.604,68 D	273,00 D
RECURSOS DO GOV FEDERAL - PDDE QUALIDADE	2.451,00 C	0,00 D
ENTRADA DE RECURSOS - EDUCAÇÃO CONECTADA	2.451,00 C	0,00 D

DEBORA RIBEIRO DA SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
C.P.F.: 246.213.148-58

MARIA DE LOURDES ROCHA
Contador
CRC Nº : 1SP215598/O-9

ROCHA CONTABILIDADE

Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2018

Folha: 002

0281 APM DA EMEB RUBEM ALVES

24.557.305/0001-67

Rua Alípio Correa Neto, 127 PLANALTO

Planalto - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição	2018	2017
RECEITAS	40.238,54 C	23.644,14 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	40.238,54 C	23.644,14 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	37.633,86 C	23.371,14 C
GOVERNO MUNICIPAL	37.633,86 C	23.371,14 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	37.633,86 C	23.371,14 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	2.604,68 C	273,00 C
GOVERNO FEDERAL	2.604,68 C	273,00 C
PDDE BÁSICO	2.604,68 C	273,00 C
DESPESAS	40.238,54 D	23.644,14 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	40.238,54 D	23.644,14 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	37.633,86 D	23.371,14 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	37.633,86 D	23.371,14 D
MATERIAIS DIVERSOS	18.014,43 D	10.514,25 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	291,64 D	0,00 C
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4.032,00 D	3.665,00 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	13.196,59 D	7.969,89 D
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	2.099,20 D	1.222,00 D
ATIVIDADE EDUCACIONAL - GOV FEDERAL	2.604,68 D	273,00 D
PDDE BASICO	2.604,68 D	273,00 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	1.472,00 D	0,00 C
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	1.132,68 D	273,00 D

Demonstração do Saldo Final	
Resultado do Período	
Superavit do período	0,00

DEBORA RIBEIRO DA SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
C.P.F.: 246.213.148-58

MARIA DE LOURDES ROCHA
Contador
CRC Nº : 1SP215598/O-9

APM DA EMEB RUBEM ALVES
 Rua Alipio Correa Neto, 127 Bairro Planalto - S B DO CAMPO – SP
 CNPJ 24.557.305/0001-67

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Exercício Findo em 31/12/2018

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Recursos Recebidos		
(+) Entidades Governamentais (com restrição)	45.675,00	26.920,00
(+) Entidades Privadas	0,00	0,00
(+) Doações e Contribuições Voluntárias	0,00	0,00
(+) Próprias	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	596,98	23,83
(+) Outros	0,00	0,00
(-) Devolução de Recursos	-401,17	0,00
Pagamentos Realizados		
(-) Aquisição de Bens e Serviços (com restrição)	-40.238,54	-23.644,14
(-) Aquisição de Bens e Serviços (sem restrição)	0,00	0,00
(-) Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00	0,00
(-) Outros Pagamentos	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.632,27	3.299,69
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(+) Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00	0,00
(-) Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Pagamento de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	5.632,27	3.299,69
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.299,69	0,00
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	8.931,96	3.299,69

 Debora Ribeiro da Silva
 Diretora Executiva

 Maria de Lourdes Rocha
 Contadora CRC 1SP215598/O-9

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais – R\$)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **APM da Emeb Rubem Alves** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I – auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II – representar, junto à direção do estabelecimento, as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III – participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV – realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
- V – auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI – colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII – promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII – programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX – acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
- X – premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI – elaborar plano anual de atividades, integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua Alípio Correa Neto, 127 Bairro Planalto CEP 09890-460, no Estado de São Paulo.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 - ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 6ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Pública Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

6 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Municipal e Federal:

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2018	Governo Municipal	39.864,00	37.633,86
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	491,82	
2018	Governo Federal – FNDE – PDDE	5.811,00	2.604,68
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	105,16	

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2017	Governo Municipal	23.760,00	23.371,14
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	12,31	
2017	Governo Federal – FNDE – PDDE	3.160,00	273,00
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	11,52	

7 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o DIRETO.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2018.

Debora Ribeiro da Silva
Diretora Executiva

Maria de Lourdes Rocha
Contadora – CRC 1SP215598/O-9